

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9 / 2024

No dia 1 do mês de Fevereiro do ano de 2024 compareceram, de um lado a(o) CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 08.484.353/0001-16, com sede administrativa localizada na Acesso Cidade Alta, 3815, bairro São Cristóvão, CEP nº 89665000, nesta cidade de Capinzal, SC, representado pelo PREGOEIRO, o Sr (a) LEOMAR EGGERS inscrito no cpf sob o nº 032.452.369-64, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 6/2023, Processo licitatório nº 24/2023 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES, PARA OS SEUS ENTES CONSORCIADOS, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

### DETENTORA

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
<b>Polierg Indústria e Comércio Ltda</b>	45.010.717/0001-52	RAUL BORGES JUNIOR	948.499.198-04

### 1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES, PARA OS SEUS ENTES CONSORCIADOS

1.2 Os produtos, preços e fornecedores registrados são os seguintes:

### FORNECEDOR: Polierg Indústria e Comércio Ltda

Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
113	Registro Vertical Modelo T DN 20 X DNR ½.: Fabricado a partir de copolímero de polipropileno (PP) por processo de injeção, com manopla destacável localizada na extremidade superior do registro, a extremidade inferior do registro será junta mecânica tipo compressão (para conexão a tubos de polietileno (PEAD) PE 80 DN 20), garras internas fabricadas a partir de poliacetal branco (POM) com no mínimo dois anéis de travamento internos para evitar ruptura do tubo de PEAD, a derivação do registro será com rosca interna para junta roscável (onde será conectado tubete com rosca externa de DNR ½) e deverá possuir reforço metálico.	UNIDADE	polierg	1500	9,11	13.665,00
114	TÊ de compressão em polipropileno para tubo PEAD, conforme ABNT NBR 15813:2. Pressão de serviço 1,0 MPa. Diâmetro: 20mm x 20mm x 20mm	UNIDADE	polierg	2030	4,85	9.845,50
118	TÊ de compressão ou derivação, fabricado por processo de injeção a partir de copolímero de polipropileno, extremidades (incluindo a derivação) tipo junta mecânica, com garras de poliacetal, para conexão de tubos de PEAD, ABNT NBR 15813:2, diâmetro de 20 mm.	UNIDADE	polierg	1200	5,19	6.228,00
141	TÊ DE SERVIÇO INTEGRADO ARTICULADO P/TUBOS PEAD DE 32 X 20 MM, PN 16, (COM NO MÍNIMO 2 PARAFUSOS), EM POLIPROPILENO (PP); CORPO MONOLÍTICO FABRICADO A PARTIR DE COPOLÍMERO DE POLIPROPILENO (PP) DE ACORDO COM A NORMA ISO 12162 E DEFINIDOS NA NORMA NTS175. ELEMENTOS DE FIXAÇÃO (PINO DA ARTICULAÇÃO, PARAFUSOS, PORCAS E ARRUELAS) DEVEM SER DE AÇO INOXIDÁVEL (CONFORME COM A NORMA DA ABNT NBR 5601 LIGA ABNT 304 EQUIVALENTE À LIGA AISI 304). A FERRAMENTA DE CORTE DEVE SER MONOLÍTICA, FABRICADA A PARTIR DE UM ÚNICO MATERIAL, LATÃO OU AÇO INOXIDÁVEL E POR ESTAR EM CONTATO DIRETO COM O FLUXO DE ÁGUA DO RAMAL DOMICILIAR, O MATERIAL DEVERÁ SER COMPROVADAMENTE INÓCUO À QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO CONFORME PORTARIA MS. ROSCA METÁLICA DA FERRAMENTA	UNIDADE	polierg	370	18,30	6.771,00

DE CORTE E DO ALOJAMENTO DA FERRAMENTA DE CORTE NO CORPO PRINCIPAL CONFORME A NORMA NM ISO 7-1, CAPAZ DE RESISTIR AOS ESFORÇOS GERADOS PARA PERFURAÇÃO DE TUBOS PVC CLASSE 20, A FERRAMENTA DE CORTE DEVE AINDA APRESENTAR ROSCA INTERNA QUE RETENHA A CALOTA RETIRADA DURANTE A PERFURAÇÃO E DEVE TER LIMITADOR DE FIM DE CURSO PARA QUE NÃO CAIA NA ÁGUA. ROSCA INTERNA DA TAMPA DA FERRAMENTA DE CORTE E ROSCA EXTERNA NO CORPO PRINCIPAL PARA A TAMPA DA FERRAMENTA DE CORTE CONFORME NORMA NM ISO 7-1. ROSCA DO TERMINAL DE COMPRESSÃO PARA SAÍDA DO RAMAL CONFORME NORMA ISO 228-1. ANEL DE VEDAÇÃO FABRICADO A PARTIR DE BORRACHA NITRÍLICA Prensada ou em Elastômero conforme ABNT NBR 15803 Anexo C, com dureza Shore entre 50-70 verificável pela norma ABNT NBR 7423. A Bolsas do Anel de Vedação devem garantir que não ocorram deslocamentos nem transmissão de esforços ao Anel durante as operações de montagem e desmontagem do tubo. DERIVAÇÃO DE SAÍDA PARA TUBOS PEAD 20MM; A GARRA DE TRAVAMENTO DEVE SER DE MATERIAL DE DUREZA MAIOR QUE O TUBO DE PVC PREFERENCIALMENTE FABRICADA A PARTIR DE POLIACETAL BRANCO (POM), NÃO DEVE SER FACILMENTE REMOVIDA DA BOLSA DE ALOJAMENTO E SER INSTALADA POR PRESSÃO NO INTERIOR DA BOLSA DE DERIVAÇÃO, DEVE TER DIMENSÕES QUE PERMITAM O ACOPLAMENTO DO TUBO SEM O USO DE LUBRIFICANTES. NORMA DE REFERÊNCIA NTS 175. PARA USO EM TUBO PVS PARA ÁGUA. NÃO SERÁ ADMITIDO QUE NENHUM COMPONENTE DO TÊ DE SERVIÇO SEJA FABRICADO A PARTIR DE MATERIAL REPROCESSADO. PARA USO EM TUBO PEAD PARA ÁGUA.

145	<p>TÊ DE SERVIÇO INTEGRADO ARTICULADO P/TUBOS PEAD DE 90 X 20 MM, PN 16, (COM NO MÍNIMO 2 PARAFUSOS), EM POLIPROPILENO (PP); CORPO MONOLÍTICO FABRICADO A PARTIR DE COPOLÍMERO DE POLIPROPILENO (PP) DE ACORDO COM A NORMA ISO 12162 E DEFINIDOS NA NORMA NTS175. ELEMENTOS DE FIXAÇÃO (PINO DA ARTICULAÇÃO, PARAFUSOS, PORCAS E ARRUELAS) DEVEM SER DE AÇO INOXIDÁVEL (CONFORME COM A NORMA DA ABNT NBR 5601 LIGA ABNT 304 EQUIVALENTE À LIGA AISI 304). A FERRAMENTA DE CORTE DEVE SER MONOLÍTICA, FABRICADA A PARTIR DE UM ÚNICO MATERIAL, LATÃO OU AÇO INOXIDÁVEL E POR ESTAR EM CONTATO DIRETO COM O FLUXO DE ÁGUA DO RAMAL DOMICILIAR, O MATERIAL DEVERÁ SER COMPROVADAMENTE INÓCUO À QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO CONFORME PORTARIA MS. ROSCA METÁLICA DA FERRAMENTA DE CORTE E DO ALOJAMENTO DA FERRAMENTA DE CORTE NO CORPO PRINCIPAL CONFORME A NORMA NM ISO 7-1, CAPAZ DE RESISTIR AOS ESFORÇOS GERADOS PARA PERFURAÇÃO DE TUBOS PVC CLASSE 20, A FERRAMENTA DE CORTE DEVE AINDA APRESENTAR ROSCA INTERNA QUE RETENHA A CALOTA RETIRADA DURANTE A PERFURAÇÃO E DEVE TER LIMITADOR DE FIM DE CURSO PARA QUE NÃO CAIA NA ÁGUA. ROSCA INTERNA DA TAMPA DA FERRAMENTA DE CORTE E ROSCA EXTERNA NO CORPO PRINCIPAL PARA A TAMPA DA FERRAMENTA DE CORTE CONFORME NORMA NM ISO 7-1. ROSCA DO TERMINAL DE COMPRESSÃO PARA SAÍDA DO RAMAL CONFORME NORMA ISO 228-1. ANEL DE VEDAÇÃO FABRICADO A PARTIR DE BORRACHA NITRÍLICA Prensada ou em Elastômero conforme ABNT NBR 15803 Anexo C, com dureza Shore entre 50-70 verificável pela norma ABNT NBR 7423. A Bolsas do Anel de Vedação devem garantir que não ocorram</p>	UNIDADE	poliery	400	25,98	10.392,00
-----	--	---------	---------	-----	-------	-----------

DESLOCAMENTOS NEM TRANSMISSÃO DE ESFORÇOS AO ANEL DURANTE AS OPERAÇÕES DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DO TUBO. DERIVAÇÃO DE SAÍDA PARA TUBOS PEAD 20MM; A GARRA DE TRAVAMENTO DEVE SER DE MATERIAL DE DUREZA MAIOR QUE O TUBO DE PVC PREFERENCIALMENTE FABRICADA A PARTIR DE POLIACETAL BRANCO (POM), NÃO DEVE SER FACILMENTE REMOVIDA DA BOLSA DE ALOJAMENTO E SER INSTALADA POR PRESSÃO NO INTERIOR DA BOLSA DE DERIVAÇÃO, DEVE TER DIMENSÕES QUE PERMITAM O ACOPLAMENTO DO TUBO SEM O USO DE LUBRIFICANTES. NORMA DE REFERÊNCIA NTS 175. PARA USO EM TUBO PVS PARA ÁGUA. NÃO SERÁ ADMITIDO QUE NENHUM COMPONENTE DO TÊ DE SERVIÇO SEJA FABRICADO A PARTIR DE MATERIAL REPROCESSADO. PARA USO EM TUBO PEAD PARA ÁGUA.

162	Tubo de PEAD (polietileno de alta densidade), deverá atender as especificações das normas ABNT NBR 15561 e DIN 8074, classe de pressão PN 16. Bobina de 100 metros. De 63mm	UNIDADE	POLIERG	422	1.533,00	646.926,00
-----	---	---------	---------	-----	----------	------------

1.3 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.3.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o CISAM solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

## 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- Edital do Pregão Presencial nº 24/2023 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s);
- Planilha de lances do Pregão.

## 3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do Art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

## 4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O sistema de registro de preços do CISAM tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas de modo que os municípios consorciados possam, segundo sua conveniência, promover as contratações dos licitantes vencedores do Pregão.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração dos municípios consorciados a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à beneficiária do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.3 O CISAM monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos serviços registrados.

4.3.1 Os municípios consorciados poderão convocar a Contratada para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.3.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a Contratada poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.3.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.3.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no Art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

## 5. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

5.1 A entrega dos produtos solicitados, de acordo com as requisições, será no depósito de cada autarquia ou município ou em local indicado pelos mesmos.

5.2 O prazo de entrega/execução deverá obedecer ao cronograma constante do Edital nº 24/2023

## 6. PAGAMENTO

6.1 O pagamento pelo fornecimento do produto será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da data de conferência dos produtos e liberação da nota fiscal pelo setor competente, demonstrando a quantidade total de material fornecido até aquela data, com os respectivos preços unitário e total.

## 7. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1 A entrega dos produtos só estará caracterizada se acompanhada da ordem de fornecimento.

7.2 O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento. Os produtos deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal/fatura correspondente.

## 8. PENALIDADES

8.1 Ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, mencionadas no art. 393 do Código Civil, a empresa signatária responderá, com suporte no princípio da culpa objetiva, pela cobertura integral de quaisquer prejuízos sofridos diretamente pelo CISAM, ou causados a terceiros, por ato ou fato, comissivos ou omissivos da empresa signatária ou de seus prepostos.

8.2 Em caso de ocorrência dos prejuízos e danos previstos no parágrafo anterior, o CISAM ao seu alvedrio, o declarará e fixará o seu valor, podendo abatê-lo dos vencimentos mensais devidos à empresa signatária, ou, se inviável a compensação, prover a execução judicial, independentemente da participação da empresa signatária na apuração do prejuízo, através da expedição de letra de câmbio de valor equivalente ao dano, com força de título executivo extrajudicial, sem exclusão de outras sanções cabíveis.

8.3 Fica facultado ao CISAM, na hipótese de descumprimento por parte da adjudicatária das obrigações assumidas, aplicar multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global contrato. A multa poderá ser aplicada a cada novo período de 05 (cinco) dias de atraso.

## 9. REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1 Os preços ofertados serão fixos e irremovíveis.

9.2 O CISAM, em comum acordo com a empresa signatária, nos termos do Artigo 65, da Lei nº 8.666/93, poderá autorizar alterações contratuais para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado ou ainda, em caso de força maior.

## 10. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 A Ata de Registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito, pela Administração, quando:

- a) a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c) a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- g) a comunicação do cancelamento do preço registrado será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços;
- h) no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

10.2 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

- a) a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Contrato, caso não aceite as razões do pedido.

## 11. AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS REQUISIÇÕES DE FORNECIMENTO

11.1 Para as aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços, cada autarquia ou município, bem como o Consórcio CISAM MO comunicará por escrito à empresa fornecedora, o nome e a identidade dos seus servidores credenciados a assinar requisições, e será responsável por todo e qualquer fornecimento pelos mesmos solicitado.

## 12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 A despesa decorrente da contratação do objeto desta licitação correrá à conta das dotações orçamentárias próprias de cada município consorciado participante deste certame, bem como dotação do Consórcio CISAM MO.

## 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Capinzal/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata,



renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Capinzal, 1 de Fevereiro de 2024

---

Polierg Indústria e Comércio Ltda  
CNPJ: 45.010.717/0001-52

---

LEOMAR EGGERS  
PREGOEIRO

---

Membro da Comissão

---

Membro da Comissão